HEROS ELIER MARTINS NETO

**O *trust* estrangeiro como instrumento
de planejamento sucessório no Brasil**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Dr. José Luiz Gavião de Almeida

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

HEROS ELIER MARTINS NETO

**O *trust* estrangeiro como instrumento
de planejamento sucessório no Brasil**

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Professor Titular Dr. José Luiz Gavião de Almeida

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

Ficha catalográfica

M343i	<p>Martins Neto, Heros Elier</p> <p>O trust estrangeiro como instrumento de planejamento sucessório no Brasil / Heros Elier Martins Neto; orientador José Luiz Gavião de Almeida. -- São Paulo, 2019.</p> <p>160 p.</p> <p>Tese (Doutorado - Departamento de Direito Civil) -- Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019</p> <p>1. TRUST. 2. PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO. 3. DIREITO DAS SUCESSÕES. 4. LEGÍTIMA. 5. TESTAMENTO I. Gavião de Almeida, José Luiz, oriente.</p> <p>II. Título</p>
-------	--

RESUMO

MARTINS NETO, Heros Elier. O *trust* estrangeiro como instrumento de planejamento sucessório no Brasil. 2019. 160 p. Doutorado - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O objetivo deste trabalho será analisar como o *trust* estrangeiro utilizado como ferramenta de planejamento sucessório por brasileiros impacta o direito à legítima no Brasil. A discussão será dividida em cinco partes. A primeira tratará do conceito, estrutura e finalidade de *trust* no direito inglês para contextualizar na discussão o leitor de origem romano-germânica. A segunda demonstrará a existência de normas sobre *trust* em jurisdições *offshore* (Ilhas Cayman, Jersey, Guernsey e Bermudas) e *onshore* (Estado de Nova Iorque nos Estados Unidos da América) que oferecem normas de barreira conhecidas como *firewalls* para proteger o patrimônio contra ataques fundados no direito de legítima dos herdeiros. A terceira cuidará do estudo dos antecedentes históricos da legítima em busca de elementos que justifiquem a sua mudança hoje. A quarta parte tratará da inconstitucionalidade da legítima com base na violação da igualdade entre brasileiros em razão de ser possível optar por estar ou não sujeito às limitações da legítima em um mundo com serviços jurídicos globalizados. A quinta e última será sobre a sugestão *de lege ferenda* de substituição da legítima pelo sistema de provisão de família do direito inglês.

Palavras-chave: trust; planejamento sucessório; direito das sucessões; legítima; testamento

ABSTRACT

MARTINS NETO, Heros Elier. The foreign trust as estate planning tool in Brazil. 2019. 160 p. Doctorate - Faculty of Law, University of Sao Paulo, Sao Paulo, 2019.

The purpose of this thesis is to analyze how the foreign trust used as a tool for estate planning by brazilians impacts the forced heirship rights in Brazil. It will be divided into five parts. The first will deal with the concept, structure and purpose of english trust law to contextualize in the discussion the reader of civil law origin. The second will demonstrate the existence of trust law in offshore jurisdictions (Cayman Islands, Jersey, Guernsey and Bermuda) and onshore (New York State in the United States of America) that offer firewalls to protect assets against attacks based on forced heirship rights. The third will look at the historical background of the forced heirship in search of elements that justify its change today. The fourth part will deal with the unconstitutionality of the forced heirship based on the violation of the equality between brazilians because it is possible to choose to be or not subject to the limitations of the forced heirship in a world with globalized legal services. The fifth and last will be on the suggestion *de lege ferenda* replacing the forced heirship one by the family provision system of English Law.

Keywords: trust; estate planning; succession law; forced heirship; will

RIASSUNTO

MARTINS NETO, Heros Elier. Il trust straniero per disciplinare rapporti successori no Brasile. 2019. 152 p. Dottorato di ricerca - Facoltà di Giurisprudenza, Universtà di São Paulo, Sao Paulo, 2019.

Lo scopo di questa tesi sarà analizzare come il trust straniero utilizzata come strumento per disciplinare rapporti successori da parte dei brasiliani incida sul diritto alla quota di legittima in Brasile. La discussione sarà divisa in cinque parti. Il primo affronterà il concetto, la struttura e lo scopo delle *trust* nella legge inglese per contestualizzare nella discussione il lettore di origine romano-germanica. Il secondo intende dimostrare l'esistenza di norme sulle *trust* in giurisdizioni *offshore* (Isole Cayman, Jersey, Guernsey e Bermuda) e *onshore* (Stato di New York negli Stati Uniti) che offrono standard di barriera conosciuti come i *firewall* per proteggere i beni da attacchi fondati nella quota di legittima degli eredi. Il terzo esaminerà il contesto storico della quota di legittima alla ricerca di elementi che giustificano il suo cambiamento oggi. La quarta parte si occuperà della quota di legittima incostituzionale sulla base della violazione della parità tra causa brasiliano a essere possibile scegliere di essere o non soggetti alle limitazioni di della quota di legittima in un mondo di servizi legali globalizzati. La finale quinta e sarà su suggerimento *de lege ferenda* sostituzione della quota di legittima dal sistema di indennità di diritto di famiglia inglese

Parole chiave: trust; disciplinare rapporti successori; diritto di successione; quota di legittima; testamento

Dedico esta tese para Vânia Aparecida Merlan de Souza Martins, minha esposa, Zulmira Maria Martins, minha mãe, Heros Elier Martins Junior, meu pai, e para Daniel Barbosa de Godoi, meu grande amigo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Titular José Luiz Gavião de Almeida, que, apesar de toda titulação e experiência, nunca se deixou levar pela vaidade tão comum no meio acadêmico e profissional. Sua disponibilidade para atender a todos que o procuram, seja como professor seja como desembargador, é uma lição de vida para quem pretende seguir a carreira jurídica.

À minha esposa e companheira de vida, Vânia Aparecida Merlan de Souza Martins, pelo amor e compreensão em mais esta empreitada acadêmica que tanto tempo consumiu em detrimento do convívio familiar. Sem você, nada disso seria possível.

À minha mãe, Zulmira Maria Martins, mulher forte que soube me dar carinho e construir uma família apesar de ter tido uma infância e adolescência duras. Você fez brotar o amor mesmo sem o ter recebido durante anos.

Ao meu pai, Heros Elier Martins Junior, pela transmissão de valores tão importantes e por me demonstrar a incrível capacidade de adaptação do ser humano. Após tantas idas e vindas sua força e garra me inspiram.

Ao meu amigo e sócio, Daniel Barbosa de Godoi, pela parceria diária no exercício da advocacia e pelas inúmeras vezes que leu este trabalho. Você muito é mais que um amigo ou sócio, é como um irmão para mim.

Ao meu amigo, Doutor Carlos Augusto Teixeira Temperini, pelo apoio nas situações mais difíceis da minha vida e, ao mesmo tempo, vibrar junto nas conquistas. Esse momento é mais um importante marco nas nossas vidas.

À minha amiga, Carolina Ducci Maia Barcelos, profunda conhecedora do direito das sucessões que muito contribuiu, tanto na indicação de bibliografia como no relato de quem atua com o *trust* em diversas partes do mundo. A sua generosidade foi incrível, esbarrando apenas no sigilo das operações que trabalhava ou trabalhou, o que demonstra o seu profissionalismo acima de tudo.

Ao meu amigo, Gustavo Santos Kulesza, por sempre me enviar artigos ou notícias sobre o *trust* quando os encontrava durante o seu atribulado cotidiano na advocacia de ponta. Sua amizade ao longo dos anos não tem preço.

Ao meu amigo, Prof. Rodrigo da Silveira Barcellos, por estar sempre disposto a ajudar, embora nos últimos anos a corrida do dia a dia nos subtraia preciosos encontros.

Aos funcionários da biblioteca que, mesmo diante das dificuldades impostas pelo serviço público, trabalham, em sua maioria, com apreço e dedicação aos usuários.

Por fim, ao povo paulista que bancou meus estudos na Universidade de São Paulo, motivo pelo qual disponibilizo na íntegra este trabalho no sistema de dissertações e teses da USP como forma de retribuir, ainda que de forma singela, todo o investimento realizado na minha educação.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	13
1. APONTAMENTOS PRELIMINARES.....	15
1.1. <i>Trust</i> ou <i>trusts</i>	15
1.2. Noção básica de <i>trust</i> : uma etapa necessária	17
1.3. Breve análise do desenvolvimento histórico do <i>trust</i> na Inglaterra.....	20
1.4. A Corte de Chancelaria e da atividade do Chanceler na Inglaterra.....	20
1.5. Apontamentos sobre os direitos reais na Inglaterra Medieval e o instituto do <i>use</i> ...24	
2. CONCEITO, ESTRUTURA E FUNÇÃO DO <i>TRUST</i> EXPRESSO INGLÊS.....	28
2.1. Conceito de <i>trust</i> e sua descrição funcional.....	28
2.2. Estrutura do <i>trust</i> : instituidor, instituído e beneficiário.....	37
2.3. Classificação tradicional do <i>trust</i>	38
2.4. Natureza jurídica do <i>trust</i> expresso	39
2.5. A constituição do <i>trust</i> expresso e seus requisitos.....	40
2.6. Algumas finalidades do <i>trust</i>	42
2.7. A finalidade de provisões para a família do <i>trust</i> nos países de <i>common law</i>	44
2.8. O <i>trust</i> e os sistemas de tradição romano-germânica, incluindo o Brasil.....	45
3. PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO.....	48
3.1. Conceito, finalidade e importância	48
3.2. O <i>trust</i> estrangeiro como instrumento de planejamento sucessório para brasileiros e pessoas situadas em países com legítima	49
3.3. <i>Trust</i> em jurisdições <i>offshore</i>	53
3.3.1. A figura do protetor: proteção patrimonial	56
3.3.2. Ilhas Cayman.....	57
3.3.3. Jersey	60
3.3.4. Guernsey	64
3.3.5. Bermudas	68
3.4. <i>Trust</i> em jurisdição <i>onshore</i> para evitar a legítima	69
3.4.1. Estado de Nova Iorque nos EUA.....	69

4. LEGISLAÇÕES DE <i>TRUST</i> ESTRANGEIRO E LEGÍTIMA NO BRASIL	75
5. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA LEGÍTIMA.....	76
5.1. Direito romano	77
5.1.1. Liberdade de testar no Direito Romano: da Lei de XII Tábuas até a <i>Lex Falcidia</i> ...	77
5.1.2. <i>Querela inofficiosi testamenti</i> : início da proteção à legítima	80
5.1.3. Alterações no direito justianeu	82
5.1.4. <i>Querela inofficiosi donationis</i> : proteção da legítima em vida	83
5.1.5. Distinção entre <i>portio debita</i> e legítima moderna	84
5.2. Idade Média e Moderna na França e em Portugal.....	84
5.2.1. Fim do império romano e o aumento da restrição à liberdade de testar.....	84
5.2.2. Propriedade comunitária germânica: características.....	85
5.2.3. Fortalecimento da ideia de solidariedade familiar no Feudalismo	86
5.2.4. A reserva hereditária no direito antigo Francês	86
5.2.5. <i>Réserve</i> francesa e <i>portio debita</i> romana: diferenças e fusão.....	89
5.2.6. A reserva hereditária do direito português antigo.....	94
5.2.7. Distinção entre a reserva hereditária portuguesa do medievo e a <i>portio debita</i> romana	95
5.2.8. Distinção entre a reserva hereditária portuguesa do medievo e o <i>Wartrecht</i> do direito germânico antigo.....	95
5.2.9. Desenvolvimento da reserva hereditária em Portugal do período Visigótico à transformação do instituto nas Ordenações do Reino de Portugal.	99
5.3. Desenvolvimento da legítima na legislação brasileira	107
5.3.1. O início com as Ordenações Filipinas	107
5.3.2. Consolidação das Leis Civis de Teixeira de Freitas	108
5.3.3. Projeto de Coelho Rodrigues.....	109
5.3.4. Lei Feliciano Penna	110
5.3.5. Projeto original de Código Civil de Clóvis Bevilacqua e a Comissão Revisora	110
5.3.6. Discussão na Câmara de Deputados e no Senado Federal	111
5.3.7. Código Civil de 1916.....	121
5.3.8. Constituição de 1934	121
5.3.9. Lei de organização e proteção da família - Decreto-Lei n. 3.200/1941	122
5.3.10. Lei de Reconhecimentos de filhos ilegítimos - Lei n.º 883/1949	123
5.3.11. Estatuto da Mulher Casada (Lei n.º 4.121/1962).....	123
5.3.12. Projeto de Lei n.º 634/1975 e Código Civil de 2002	125

6. ESTADO DA DISCUSSÃO SOBRE A MANUTENÇÃO DA LEGÍTIMA NO BRASIL	126
7. INCONSTITUCIONALIDADE DA LEGÍTIMA POR VIOLAÇÃO DA IGUALDADE ENTRE BRASILEIROS	128
7.1. A inconstitucionalidade como um processo da globalização	128
7.2. Possível interpretação do <i>trust</i> com finalidade de planejamento sucessório pelo Poder Judiciário brasileiro	130
7.3. Premissas para aplicação das normas de direito internacional privado e de competência processual civil internacional	131
7.3.1. Competência e legislação aplicável na discussão na legítima no Brasil antes da morte do instituidor	132
7.3.2. Competência e legislação aplicável na discussão na legítima no Brasil depois da morte do instituidor	132
7.4. Ineficácia de eventual decisão de juiz brasileiro para invalidar ou reduzir o <i>trust</i>	133
7.5. Aderência à Convenção de Haia de 1985 como medida ineficaz	133
7.6. Compensação da legítima com bens situados do Brasil	134
8. PROPOSTA <i>DE LEGE FERENDA</i> DE ADOÇÃO DA SISTEMÁTICA DE PROVISÃO DE FAMÍLIA EM SUBSTITUIÇÃO À LEGÍTIMA	141
CONCLUSÕES	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho será analisar como o *trust* estrangeiro utilizado como ferramenta de planejamento sucessório por brasileiros impacta o direito à legítima no Brasil.

No Capítulo 1, vamos abordar aspectos preliminares do *trust*. Como se trata de um instituto do direito estrangeiro, a primeira vista o jurista formado no sistema romano-germânico, principal público alvo deste trabalho, pode sentir um desconforto, o que pode comprometer a compreensão da obra. Com isso, nesse capítulo, com uma finalidade didática para ampliar os horizontes da academia, o leitor terá informações básicas para permitir o entendimento da tese sem ser necessário se utilizar outros livros.

No capítulo 2, as noções prévias serão aprofundadas trazendo o conceito, a estrutura e algumas funções do *trust* expresso inglês. A escolha pelo modelo da Inglaterra aqui dá-se por dois motivos. Em primeiro lugar, foi o local onde o instituto nasceu e se desenvolveu. Em segundo lugar, o modelo inglês possui farto material de pesquisa, além de ter servido de base para os locais objeto desse estudo.

No Capítulo 3, vamos apresentar o conceito, mais profissional do que acadêmico, de planejamento sucessório. Em seguida, trataremos das regras do *trust* em jurisdições *offshore* como Ilhas Cayman, Jersey, Guernsey e Bermudas, além de *onshore* como o Estado de Nova Iorque nos Estados Unidos da América, que possuem arcabouço jurídico apto a atrair brasileiros para planejarem a sua sucessão sem as limitações das regras da legítima.

No Capítulo 4, será apresentada principal consequência da legislação de *trust* nos locais mencionados na a legítima no Brasil.

No Capítulo 5, traçamos os antecedentes históricos da legítima desde o Direito Romano até o Código Civil de 2002 com o objetivo de buscar na história elementos que permitam embasar a tese de necessidade de alteração das regras da legítima no Brasil.

No Capítulo 6, vamos apresentar o estado nas discussões doutrinárias no Brasil sobre a manutenção, revisão ou extinção da categoria dos herdeiros necessários e da legítima.

No Capítulo 7, propomos a tese de inconstitucionalidade superveniente da legítima por violar a igualdade entre brasileiro, pois, diante da globalização e consequentemente do fácil acesso ao *trust*, é possível escolher no Brasil se cumpre a

legítima ou se utilizada do referido instituto para planejar a própria sucessão com ampla liberdade de disposição de bens.

No Capítulo 8, por fim, apresentamos sugestão, *de lege ferenda*, de substituição da legítima pelo sistema de provisão familiar do direito inglês previsto no *Inheritance (Provision for Family and Dependants) Act 1975*. Optamos por não apresentar um anteprojeto pronto e acabado porque, apesar de inconstitucional, a legítima está em nosso sistema há anos e uma alteração desse tipo só será possível com amplo debate.

CONCLUSÕES

Embora o *trust* tenha surgido na Idade Média na Inglaterra devido a características específicas do direito e da sociedade da época, sua estrutura simples e flexível permitiu que sobrevivesse e se tornasse um instrumento útil em diversas áreas do direito.

Além disso, apesar de mais conhecido em países de tradição da *common law* por influência inglesa, alguns países do sistema romano-germânico já o adotaram, seja pela criação de normas próprias seja pela adesão à Convenção de Haia de 1985 sobre o direito aplicável ao *trust*.

A propósito, embora o Brasil não o tenha adotado ainda, o *trust* já foi objeto de livros, dissertações e teses, tendo a maioria o foco no direito empresarial.

Neste trabalho, percebemos, no entanto, que o *trust* exerce forte influência no direito das sucessões interno. Ademais, a importância é tamanha que os efeitos podem ser sentidos mesmo que o Brasil continue sem criar um *trust* interno pela legislação ou adotar a convenção internacional referida.

Isso ocorre porque as regras do *trust* previstas em jurisdições *offshore* como Ilhas Cayman, Jersey, Guernsey e Bermudas e *onshore* como o Estado de Nova Iorque nos Estados Unidos da América proporcionam um planejamento sucessório com disposições em vida ou após a morte blindadas contra ações judiciais fundadas no direito da legítima.

Com a globalização e consequente facilidade no acesso a serviços jurídicos oferecidos por bancas de advogados estrangeiras, criou-se uma situação de desigualdade entre brasileiros.

Quem tem acesso a tais canais externos e patrimônio suficiente não cumpre as regras da legítima. Por outro lado, quem não tem continua sujeito a ter doação ou disposições testamentárias invalidadas ou reduzidas por violação da legítima. Isso criou uma desigualdade não justificada entre brasileiros, o que fundamenta a declaração de inconstitucionalidade das limitações à disposição do próprio patrimônio hoje em vigor.

Demonstramos também que o arcabouço jurídico nos países mencionados é robusto a tal ponto de já ter negado pleitos lá deduzidos com a alegação de violação da legítima.

Como sugestão, propomos a alteração da herança necessária, que não é considerada uma garantia constitucional em si, pela adoção da sistemática de provisão familiar, prevista no direito inglês.

Por meio dela, a liberdade de doar e testar é plena, permitindo-se, no entanto, que alguns herdeiros, em situação de necessidade, deduzam pedido no Poder Judiciário para obter uma provisão suficiente para sua subsistência.

Trata-se de sistemática já adotada, ao menos em parte, pelo anteprojeto de direito das sucessões do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões -IBDFAM. Além disso, proposta semelhante já foi apresentada à época da discussão legislativa do Código Civil de 1916, o que demonstra o lastro com a história do direito brasileiro.

Por fim, é importante lembrar que o fim da legítima e a ampliação da liberdade de dispor dos próprios bens não significam, de modo algum, o fim do direito da herança no Brasil, pois é notório que o testamento ainda é um tabu e a grande maioria das sucessões ocorrem pela sucessão legítima, que não será afetada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Antônio Chrysippo de. **Direito civil: Coelho Rodrigues e a ordem do silêncio**. 1ª ed. Teresina: Halley Gráfica S.A., 2006.

ALBERT, Georges. **Liberté de tester: droit naturel, économie politique, histoire législation comparée, étude critique du système français**. Paris: L. Larose Éditeur, 1895.

ALPA, Guido. Foreign Law in International Legal Practice: An Italian Perspective. **Texas International Law Journal**. v. 36, 2001, p. 501-502.

ALVES, João Luiz. **Código Civil da República dos Estados Unidos do Brasil Anotado**. 5º vol. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1958.

ANTONINI, Mauro. **Sucessão necessária**. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ASHBURNER, W. **Principles of Equity**. London: Butterworth, 1902.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. O Espírito de compromisso do direito das sucessões perante as exigências individualistas de autonomia da vontade e as supra-individualistas da família, herdeiro e legatário. In: _____. **Estudos e pareceres de direito privado**. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 336-344.

AZEVEDO, Luiz Carlos de. O Direito Visigótico. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. v. 96, 2001.

BAKER, John Hamilton e MILSOM, Stroud Francis Charles. **Sources of English History: Private Law to 1750**. 2ª ed. Oxford: Oxford University, 2010.

BAKER, John Hamilton. **An Introduction to English Legal History**. 4ª ed. Oxford: Oxford University, 2010.

BAUER, Carsten. **Trust und Anstalt als Rechtsformen Liechtensteinischen Rechts**. Peter Lang: Berlin, 1995.

BEHRENS, Georg. An early Tudor debate on the relation between Law and Equity. **The Journal of Legal History**. vol. 19, n. 2, 1998, p. 143-161. BAKER, John Hamilton. *ob. cit.* 2010, p. 100-103.

BÉRAUDO, Jean Paulo. **Les trusts anglo-saxons et le droit français**. LGDJ: Paris, 1992.

BERNHOEFT, Renato. **Empresa familiar: sucessão profissionalizada ou sobrevivência comprometida**. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1989.

BERNHOEFT, Renato; GALLO, Miguel. **Governança corporativa na empresa familiar: gestão, poder e sucessão**. 3ª ed. São Paulo: Campus, 2003.

BEVILAQUA, Clóvis. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado**. Vol. VI. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1919.

BEVILAQUA, Clóvis. **Direito das sucessões**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1928.

BONILINI, Sulla possibile riforma della successione necessaria.. In BONILINI, Giovanni (ord.). **Trattato di Diritto delle Successioni e Donazioni**: La successione legittima. Vol. 3. Milano: Giuffrè, 2009.

BRASIL. **Código civil brasileiro**: trabalhos relativos á sua elaboração. vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

BRASIL. **Código civil brasileiro**: trabalhos relativos á sua elaboração. vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

CALVISI, M. Giovanna Falzone . **Diritto successorio**: Temi e problemi. Milano: Giuffrè, 2012.

CAMPOS, J. A. Segurado e. No tempo dos Decênvios: reflexões em torno da Lei das XII Tábuas e suas relações com o direito grego. In: LEÃO, Delfim F.; ROSSETTI, Livio; FIALHO, Maria do Céu G. Z. (coords.). **Nomos**: direito e sociedade na antiguidade clássica. Madrid: Ediciones Clásicas S.A., 2004.

CAMUS, E. F. **Curso de derecho romano**: derecho sucesorio, vol. 4. Universidad de La Habana, 1940.

CAPELO DE SOUSA, Radindranath. **Lições de Direitos das Sucessões**, vol. I. 4ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2000.

CARMINATE, Raphel Furtado. O direito à legítima e a autonomia privada do testador. **Revista IBDFAM Famílias e Sucessões**. n. 2, mar/abr, 2014.

CARON, Y. The trust in Quebec. **McGill Law Journal**. N. 25, 1980, p. 421-444;

CHALHUB, M. N. **Trust: perspectivas do direito contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

CHAMOUN, Ebert. **Instituições de Direito Romano**. 3ª ed. Forense: Rio de Janeiro, 1957.

CICCARELLO, Sebastiano. **Persona e successione ereditaria**. Calabria: Edizioni Scientifiche Italiane, 1994.

COELHO, Antonio Rodrigues. **Projecto do código civil: precedido da historia documentada do mesmo e dos anteriores**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio de Rodrigues & C, 1987.

CONE, Geoffrey. Common law trusts by persons based in civil law jurisdictions: does New Zealand offer a solution?. **Trusts & Trustees**. Oxford University Press. V. 16, n. 3, abril 2010, p. 179

COSTA, J. M. **Os negócios fiduciários: considerações sobre a possibilidade de acolhimento do “trust” no direito brasileiro**. Revista dos Tribunais. n. 79, 1990.

COSTA, Mário Júlio de Almeida. **História do direito português**. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2000.

COVENTRY, Thomas. **A readable edition of Coke upon Littleton**. London: Saunders and Benning Law Booksellers, 1830, section 465, item 272, b (co. Litt. 272, b).

CRUZ, Guilherme Braga da Cruz. **O direito de troncalidade: e o regime jurídico do património familiar**. Tomo I. Braga: Livraria Cruz, 1941.

CUËNOT, René. **Légitime et de réserve: dans le droit romains, l'ancien droit français écrit et coutumier, le droit intermédiaire et le code civil**. Paris: Jules le Crete et Cie, 1877.

DAMU, Daniela. **Ruolo e limiti del contratto negli assetti familiari in funzione successoria**. Tese (Doutorado em Direito dos Contratos) - Faculdade de Direito, Università degli Studi di Cagliari, Cagliari, 2014.

DAVID, René. **Les grands systèmes de droit contemporain**. 8ª ed. Paris: Dalloz, 1982.

DE WAAL, M. J. **In search of a model for the introduction of the trust into a civilian contexto**. Stellenbosch Law Review. N. 12. 2001.

DE WAAL, M. J. Comparative Succession Law. In REIMANN, M. e ZIMMERMAN, R. (coord.). **The oxford handbook of comparative law**. London: Oxford University, 2006, p. 1091.

DEL CARO, Luciana. Guardiões de fortunas. In **Revista Capital Aberto**. Disponível em < <https://capitalaberto.com.br/edicoes/bimestral/edicao-15/guardioes-de-fortunas/>>. Acesso em 01.04.2018.

DELGADO, Mário Luiz. **Codificação, descodificação, recodificação do direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2011.

DELGADO, Mário Luiz. **Razões pelas quais companheiro não se tornou herdeiro necessário**. Revista Consultor Jurídico. Disponível em < <https://www.conjur.com.br/2018-jul-29/processo-familiar-razoes-pelas-quais-companheiro-nao-tornou-herdeiro-necessario>> Acesso em 01.10.2018.

DEPAUL COLLEGE OF LAW. Matter of Totten - An Anomaly in the Law of Trusts. **DePaul Law Review**, v. 6, n. 1, 1956, p. 117.

DESSAIN, Anthony. The forced heirship issue and Jersey Trust Law. **Trusts & Trustees**. V. 5, n. 1, 1998.

DEZALAY, Yves; GARTH, B. G. State Politics and Legal Markets. **Comparative Sociology**. V. 10, 2011, p. 62

DIAS, Eduardo Rocha. **Liberdade de indicação dos beneficiários nos planos de previdência privada: um diálogo entre a Constituição, o Código Civil e a Legislação Previdenciária**. Revista dos Tribunais. v. 948. p. 117-134, São Paulo: RT, outubro 2014

DOMÍNGUEZ MARTÍNEZ, J. A. El fideicomiso en México. **Podium Notarial**. N. 32, 2005, p. 219-230;

DUCKWORTH, Antony G. D. The trust offshore. **Vanderbilt Journal of Transnational Law**. Vol. 32, out/1999, n. 4, p. 880-951..

EISEN, Sol. **Synopsis of Maitland's equity**. Toronto: The Carswell Company Limited, 1916.

ENNER, J. E. **The Law of Trusts**. Oxford: Oxford University. 2010.

ESPANHA. **Opúsculos legales del rey Don Alfonso el Sábio**. Vol. II. Madrid: Imprenta Real, 1836.

FAIRBAIRN, Catherine. Inheritance and Trustees' Powers Bill. [HL]. **Research Paper House of Commons**. Fev/2014.

FITERMAN, Mauro. **Os complexos contratos de previdência privada e a colação: por um exame da teoria do abuso de direito**. Revista dos Tribunais. v. 953. p. 101-110, São Paulo: RT, março 2015.

FORSTER, N. J. O negócio fiduciário. **Revista Forense**. N. 216, 1966.

FRANCESCHELLI, Remo. **Il trust nel diritto inglese**. 1ª ed. Cedam: Padova, 1935.

FRATCHER, William F. **International Encyclopedia of Comparative Law**. vol. VI. chap. 11. Morh Siebeck: Tübingen, 1973.

FREIRE, R. C. **Negócio Jurídico Fiduciário**. Revista Forense. N. 234, 1971.

FREITAS, Augusto Teixeira de. **Consolidação das leis civis**. Brasília: Senado Federal, 2003.

GAFFURI, Gianfranco. **L'imposta sulle successioni e donazioni: trust e patti di famiglia**. 2ª ed. Padova: CEDAM, 2008.

GALLARDO. Aurelio Barrio. **El largo camino hacia la libertad de testar: de la legítima al derecho sucesorio de alimentos**. Madrid: Dukinson, 2012.

GALLIGAN, Michael W. 'Forced heirship' in the United States of America, with particular referente to New York State. **Trusts & Trustees**. Oxford University Press. V. 22, n. 4, February 2016, , p. 103-118, p. 103

GARNER, B. A. (coord.). **Black's Law Dictionary**. 9ª ed. Saint Paul: West, 2010.

GERD, Foerster. **O “trust” do direito anglo-americano e os negócios fiduciários no brasil**: perspectiva de direito comparado (considerações sobre o acolhimento do “trust” pelo direito brasileiro). Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris editor, 2013.

GILISSEN, John. **Introdução Histórica ao Direito**. tradução de Antonio Manuel Espanha e Manuel Mcaísta Malheiros. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

GOGLIANO, Daisy. Doação inoficiosa. CASSETTARI, Christiano. **10 anos de vigência do código civil brasileiro de 2002**: estudos em homenagem ao professor Carlos Alberto Dabus Maluf. Saraiva: São Paulo, 2013.

GONZÁLEZ BEILFUSS, Cristina. **El trust: la institución anglo-americana y el derecho internacional privado español**. Bosch Casa: Barcelona, 1997.

GOTTSCHALK, E. F. Alienação fiduciária em garantia. **Revista Forense**. N. 230, 1970, p. 392-398; FALCÃO, A. O. Alienação fiduciária em garantia, n. 230, 1970.

HAYTON & MARSHALL. **Cases & commentaries on the law of trusts**. 9ª ed. London: Sweet & Maxwell, 1991.

HAYTON, DAVID J. HAYTON, David J. **The law of trusts**. London: Sweet & Maxwell ed. 1989.

HAYTON, David J. Underhill and Hayton: **Law to relating to trusts and trustees**. 14ª ed. London: Butterworths, 1987.

HAYTON, David; MITCHELL, Charles. **Hayton & Marshall: Commentary and Case on The Law of Trusts and Equitable Remedies**. 12ª ed. Sweet & Maxwell: London, 2005.

HERCULANO, Alexandre (organizador). **Portugaliae Monumenta Historica**: Leges et Consuetudines. Vol. I.

HERMAN, S. The canonical conception of the trust. In In HELMHOLZ, R. e ZIMMERMAN, R. (coord.) **Itinera Fiduciae: Trust and Treuhand in Historical Perspective**. Berlin: Duncker & Humbolt, 1998.

HO, L. Trusts: the Essentials. In SMITH, L. (org.) **The worlds of the trust**. Cambridge: Cambridge University, 2013.

HONORÉ, A. M. Ownership. In GUEST, A. G. (edit.) **Oxford Essays in Jurisprudence**. Oxford: Oxford University, 1961.

JOHNSON, Nicholas. Bermuda's response to forced heirship. **Trusts & Trustees**. V. 4, n.2, January 1998.

JOHNSTON, D. Trusts and trusts-like devices in roman law. In HELMHOLZ, R. e ZIMMERMAN, R. (coord.) **Itinera Fiduciae: Trust and Treuhand in Historical Perspective**. Berlin: Duncker & Humbolt, 1998.

JR. SCALISE, Ronald J. Undue influence and the law of wills: a comparative analysis. **Duke Journal of Comparative & International Law**. Vol. 19, n. 41, 2008.

KASER, Max. **Direito Privado Romano**. 2ª ed. Traduzido por Samuel Rodrigues e Ferdinand Hämmerle. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2011.

KEETON, George Williams.; SHERIDAN, L. A. **The Law of Trusts**. 10ª ed. London: Professional Books Ltd., 1974.

KIGNEL, Luiz; PHEBO, Márcia Setti; LONGO, José Henrique. **Planejamento Sucessório**. São Paulo: Noeses, 2014.

LAPLANCHE, Jean de. **La réserve coutumière dans l'ancien droit français**. Paris: 1925.

LEONE, Nilda. **Sucessão na empresa familiar: preparando as mudanças para garantir sobrevivência no mercado globalizado**. São Paulo: Atlas, 2005.

LEPAULLE, P. Civil law substitutes for trusts. **Yale Law Journal**. v. 36 (1926-1927), p. 1126-1147

LEPAULLE, Pierre. **Traité théorique et pratique des trusts en droit interne, en droit fiscal et en droit international**. Rousseau & Cie: Paris, 1932.

LEWIN, Thomas. **A practical treatise on the law of trusts and trustees**. 2ª ed. americana a partir da 3ª ed. inglesa. Philadelphia: T. & J. W. Johnson & Co. Law Booksellers and Publishers, 1858.

LIGIERA, Wilson Ricardo. **O companheiro na qualidade de herdeiro necessário e seu direito à legítima**. Tese (Doutorado em Direito Civil). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LO PRETE, Octavio. **Acciones proctetoras de la legítima**. 1ª ed. Buenos Aires: Hammurabi, 2009.

LOBO, Abelardo Saraiva da Cunha. **Curso de Direito Romano**: historia, sujeito e objeto, instituições jurídicas. Rio de Janeiro: Tipografia de Alvaro Pinto, 1931.

LODI, João Bosco. **A empresa familiar**. São Paulo: Pioneira, 1993.

LONGO, Carlo. L'origine della successione particolare nelle fonti di diritto romano. **Bullettino dell'Istituto di diritto romano**, Roma, ano 1901, vol. 14, p. 127-212 e 224-275 e BONFANTE, Pietro. La formazione scolastica della dottrina dell'universitas. **Scritti Giuridici Varii**: famiglia e successione, vol. I. UTET: Torino, 1926.

LUPOI, M. The civil law trust. **Vanderbilt Journal of Transnational Law**. N. 32. 1999.

LUPOI, Maurizio. **Trusts: a comparative study**. Traduzido por Simon Dix. Cambridge University Press: Cambridge, 2000.

MALAGUTI, Maria Chiara. Il trust. In: GALGANO, Francesco (org.). **Atlante di diritto privato comparato**. 3ª ed. Bologna: Zanichelli, 1999.

MALUMIAN, Nicolas. Trusts as estate planning tools for settlors in forced heirship jurisdictions. **Trusts & Trustees**. V. 21, n. 4, may 2015, p. 430-437

MANHÃES MARTINS, R. Análise da “aclimatação” do trust ao direito brasileiro: o caso da propriedade de fiduciária. **Revista de Direito Privado**. N. 42. 2010, p. 244-274.

MAURICE, Clare. The attractions of the trust to non-domiciled settlors. **Trusts & Trustees**. V. 19, n. 3 e 4, april /may 2013, p. 291-293

MAXIMILIANO, Carlos. **Direito das Sucessões**, vol. I. 5ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1964.

MCDONNELL, Constance. Blurring the focus? The Supreme Court's decision in *Ilott v The Blue Cross*. **Trusts & Trustees**. V. 23, n. 7, September 2017, p. 751.

MEGARRY, R. e WADE, W. **The law of real property**. 7^a ed. London: Sweet & Maxwell, 2008, p. 236-

MENGONI, Luigi. Sucessioni per causa di morte: parte speciale, successione necessaria. In: CICU, Antonio; MESSINEO, Francesco. **Tratatto di diritto civile e commerciale**. vol. XLIII, t.2, Milão: Giuffrè, 1967.

MERÊA, Manuel Paulo. **Codigo civil brasileiro anotado**. São Paulo: Saraiva & C, 1917.

MERÊA, Manuel Paulo. **Estudos de direito hispânico medieval**. Tomo II. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1953.

MILSOM, Stroud Francis Charles. **Historical Foundations of the Common Law**. 2^a ed. Oxford: Oxford University, 1981.

MONCADA, Luís Cabral de. **A reserva hereditária no direito peninsular e português**. Vol. 1 e 2. Coimbra: França & Arménio, 1917.

MOSCATI, Enrico. Trust e tutela dei legittimari. **Rivista del Diritto Commerciale e del Diritto Generale delle Obbligazioni**. n. 1-2, gennaio-febbraio, 2000.

NABUCO, José Tomaz. Trusts e trustess: sua origem e natureza. *Revista Forense*. Vol 96. Rio de Janeiro, novembro/1043, p. 265-268.

NEVARES, Ana Luiza Maia. A proteção da legítima deve ser mantida, excluída ou diminuída do ordenamento jurídico brasileiro? **Revista IBDFAM Famílias e Sucessões**. n. 25, jan/fev, 2018, p. 77-94.

NEVARES, Ana Luiza Maia. O princípio da intangibilidade da legítima. In MORAES, Maria Celina Bodin. **Princípios do Direito Civil Contemporâneo**. São Paulo: Renovar, 2006, p. 536-537.

NEVARES, Ana Luiza. **A tutela sucessória do cônjuge e do companheiro na legalidade constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar. 2004.

NICHOLAS, Barry. **An introduction to roman law**. Claredon Press: Oxford, 1962.

NOLAN, R. Understanding the limits of equitable property. **Journal of Equity**. n. 1. 2006, p. 19.

OHTSUKI, Celi Hiromi. **Como as organizações brasileiras identificam pessoas aptas a assumir atribuições e responsabilidades no contexto do processo sucessório: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

OLCESE, Tomás. **Formação histórica da real property law inglesa: tenures, estates, equity & trusts**. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-29082013-140556/pt-br.php>>.

Acesso em 10/10/2017.

OLCESE, Tomás. **O *express trust* em sistemas de base romanística: o elemento da autonomia patrimonial no direito brasileiro**. Tese (Doutorado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ORBACH, B. e REBLING, G. C. The antitrust curse of bigness. **Southern California Law Review**. n. 85, 2012, p. 609

OZANNE, Alison. Effect of foreign forced heirship rules on a Guernsey trust: The Royal Court of Guernsey's decision in Rothschild v Pateras [Judgment 15/2011]. **Trusts & Trustees**. V. 18, n. 9, October 2012, p. 915-917.

PAOLINI, Marcelo Trussardi. **Trusts**. Apresentação no Grupo de Estudos de Empresas Familiares da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo. 16/2/2016. Apresentação disponível em <https://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/Nova%20pasta/Nova%20pasta/trusts_-_planejamentos_-_fevereiro_2016_revisado.pdf>. Acesso em 23.02.2016.

PATRÃO, Afonso. Reflexões sobre o reconhecimento de *trusts* voluntários sobre imóveis situados em Portugal. **Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**. V. 87, 2011, p. 358-427.

PEREIRA, Caio Mário da Silva *et al*. Projeto de Código das Obrigações. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1965.

PETTIT, Philip Henry. **Equity and the law of trusts**. 10^a ed. New York: Oxford University Press, 2006.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado dos testamentos**, vol. IV. Pimenta de Mello & BETANCOURT, Fernando. **Derecho Romano Clásico**. 2ª ed. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2001.

PRADO, Roberta Nioac. Empresas familiares: governança corporativa, familiar e jurídico-sucessória. In PRADO, Roberta Nioac (Coord.). **Direito, Gestão e Prática: Empresas Familiares, Governança Corporativa, Governança Familiar, Governança Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2011.

PRATO, Enrico del; COSTANZA, Maria; MANES, Paolo. **Donazioni, atti gratuiti patti di famiglia e trusts successori**. Bologna: Zanichelli Editore, 2010, p. 587; IACCARINO, Giancarlo. **Liberalità Indirette**. Milano: IPSOA, 2011.

PROENÇA, José João Gonçalves de. **Natureza jurídica da legítima**. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2010.

ROLF, Madaleno. O fim da legítima. **Revista IBDFAM Famílias e Sucessões**. n. 16, jul/ago, 2016, p. 31-72

SALGADO, Gisele Mascarelli. Discussões legislativas do Código Civil de 1916: Uma revisão historiográfica. **Revista Âmbito Jurídico**. Rio Grande, XV, n. 96, jan/2012.

SALOMÃO NETO, E. O trust e o direito brasileiro. São Paulo: LTr, 1996.

SANGUINETTI, Andrea. **Dalla querela alla portio legitima**: aspetti della successione necessaria nell'epoca tardo imperiale e giustiniana. Giuffrè: Milano, 1996.

SANTOS, Raquel do Amaral de Oliveira. **Trust: das origens à aceitação pelos países de direito romano-germânico**. Dissertação (Mestrado em Direito Tributário). Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SCHULTZE, Alfred. **Augustin und der Seelteil des germanischen Erbrechts**: Studien zur Entstehungsgeschichte des Freiteilsrechtes. Leipzig: Hirzel, 1928, p. 30-33.

SMITH, L. Trust and Patrimony. **Estates, Trusts and Pensions Journal**. N. 28. 2009, P. 342-344

SONNEVELDT, Frans; VAN MENS, Harrie L. **The trust: bridge or abyss between common law and civil law jurisdictions?** Boston: Kluwer Tax Publishers, 1995.

SPUDIS, Barbara C. Avoiding civil law forced heirship by stipulating that New York law governs. **Virginia Journal of International Law**, Virginia, 20, 1980.

STANICIA, Sergio Tuthill. **Liberalidade e gratuidade no âmbito da doação**. Tese (Doutorado em Direito Civil). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

STIMSON, F. J. Trusts. **Harvard Law Review**. n.1 1887, p. 132-133.

STUBER, W. D. A legitimidade do “trust” no Brasil. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, n. 76 (1989).

SWADDLING, W. Property: general principles. In BURROWS, A. (org.) **English private law**. Oxford: Oxford University, 2013, p. 230-231.

TALPIS, Jeffrey. Freedom of cross-border estate planning: anticipated problems. **Trusts & Trustees**. V. 22, n. 1, February 2016, p. 120

TATTERSALL, Luke. On the road to the Supreme Court: the practical implications of *Ilott v Mitson*. **Trusts & Trustees**. V. 22, n. 7, September 2016, p. 787-788.

TEPEDINO, Gustavo. Atualidade do usufruto viúvo no direito brasileiro. In: GUSMÃO, Paulo Dourado de; GLANZ, Semy (coords.). **O direito na década de 1990: novos aspectos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

TEPEDINO, Gustavo. **Usufruto legal do cônjuge viúvo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

TERPINS, Nicole Mattar Haddad. **A natureza jurídica dos fundos de investimento imobiliário**. Dissertação (Mestrado em Direito Comercial). Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TRUBEK, David M. e DEZALAY, Yves. Global restructuring and the law: studies of the internationalization of legal fields and the creation of transnational arenas. **Case Western Reserve Law Review**. V. 44 n. 2, p. 407 -498

TULLIO, Antonio. La tutela dei diritti dei legittimari. In: BONILINI, Giovanni. **Trattato di diritto delle successioni e donazioni: la successione legittima**. vol. III. Milão: Giuffrè, 2009, p. 75.

UNDERHILL and HAYTON. **Law of Trusts and Trustees**. 14^a ed. London: Butterworths, 1987.

VARGAS, Pedro Paulo de Siqueira. **O contrato de doação como instrumento de planejamento sucessório no direito civil brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Direito Civil). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

VERBEKE, Alain e LELEU, Yves-Henri. Harmonization of the law of succession in Europe. In HARTKAMP, Arthur et . al (edit.). **Towards a European Civil Code**. 4^a ed. Wolters Kluwer: UK, 2010, p. 469-480.

WALKER, D. M. **The Oxford Companion to Law**. Oxford: Clarendon, 1980.

WARNOCK-SMITH, Shân. Community property versus the firewall: a warning to trustees and their advisers. **Trusts & Trustees**. Oxford University Press. V. 20, n. 4, may 2014, p. 335-338, p. 335.

WATERS, Donovan W. M. The institution of the trust in civil and common law. **Recueil des Cours**. vol. 252, pp. 117-451, 1995, p. 214.

WERNER, René. **Família & negócios: um caminho para o sucesso**. São Paulo: Manole. 2003.

WOESS, Friedrich von. **Das römisches Erbrecht und die Erbanwärter**. Berlin: F. Vahlen, 1911.

WORTELEY, B. A. Le trust et ses applications modernes en droit anglais. **Revue Internationale de Droit Comparé**. Paris. V. 14, n. 4, 1962, p. 699-710.